



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 17

Sessão Ordinária de Junho

3.ª Reunião de 07-07-2006

Aos sete dias do mês de Julho de dois mil e seis, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pela Presidente da Assembleia Municipal Regina Maria Pinto da Fonseca Ramos Bastos, secretariada pelo Primeiro Secretário Celso Augusto Batista dos Santos e pelo Segundo Secretário Manuel José Prior Pedreira Neves, e com a presença dos seguintes Vogais Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, João Evangelista Rocha de Almeida, Paulo Jorge Lopes Anes, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, João Carlos Martins Valente, Álea Gilda Salgueiro Morgado Teixeira, Vera Maria da Cruz Vieira, Sérgio Filipe Pires Loureiro, Firmino Marques Ferreira, Victor Manuel da Silva Martins, Paulo Alexandre Florentino Marques, Casimiro Simões Calafate, Fernando Tavares Marques, José António Tavares Vieira, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, José da Cruz Costa, Maria Teresa Fidélis da Silva, Raúl Ventura Martins, Pedro Machado Pires da Rosa, Ana Maria Pinho Seiça Neves Ferreira, João António Fernandes Pedroso, Orlando Eduardo Silva Terra Sêca, Rui Alexandre Guerra de Miranda Macedo, João Alberto Simões Barbosa, António Ildebrando Nunes Costeira, Manuel Vieira dos Santos, Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha, António Santos Costa, Jorge Manuel do Nascimento, Carlos Eduardo Maria Martins, Carlos Mário de Magalhães Anileiro, Fernando Jorge Morais Ferreira Afonso e António Manuel de Pinho Regala.

Pelas 21:00 hora a Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência do seguinte Vogal:
Ana Carla Guerra de Miranda Macedo.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente Élio Manuel Delgado da Maia, o Vice-presidente Carlos Manuel da Silva Santos e os Vereadores Luís Miguel Capão Filipe, Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Nuno Manuel Marques Pereira e Marília Fernanda Correia Martins.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, a Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais Fernando José Florentino Marques, Paulo Jorge Barreto Marques Maia, António Manuel Carvalho Serra Granjeia e Arsélio Almeida Martins, pelos sucedâneos na lista de candidatura, Vera Maria da Cruz Vieira, Sérgio Filipe Pires Loureiro, Jorge Manuel do Nascimento e Fernando Jorge Morais Ferreira Afonso, respectivamente.

Os sucedâneos na lista de candidatura Joaquim Manuel Silva Marques, Vasco Manuel Dias Lopes, Emília Alexandra Gaspar Lima da Silva e José Carlos Carvalho Pedroso, apresentaram escusa.

Também, e nos termos da legislação em vigor, a Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Armando Manuel Dinis Vieira, António Mário da Fonseca

Neto e Luís Claro de Jesus, se fizeram substituir nesta reunião por Firmino Marques Ferreira, Paulo Alexandre Florentino Marques e Telmo dos Santos Coutinho, respectivamente.

Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

Dando início aos trabalhos, a pedido da Câmara Municipal, a Presidente da Mesa colocou à votação do plenário autorização para gravação de imagens desta reunião, sendo o mesmo aprovado por maioria.

PONTO 2. – HOMENAGEM AOS AVEIRENSES QUE DESEMPENHARAM FUNÇÕES DE PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (ADITAMENTO).

A Presidente da Mesa deu conhecimento que este assunto havia sido já deliberado em reunião da Assembleia Municipal realizada em 12/10/2005.

Presidente da Mesa:

«Moção

1 – Em adequada cerimónia pública, a efectuar na semana de 12 de Dezembro 2006, data da passagem de trinta anos sobre a realização das primeiras eleições para órgãos autárquicos, serão descerrados na sede da Assembleia Municipal de Aveiro, em lugar de acesso público, os retratos dos ilustres aveirenses que brilhantemente presidiram a esse órgão autárquico nas primeiras três décadas do seu prestigiado funcionamento – a saber:

António Manuel Pinto Soares Machado (1977-1979);

Alberto Dionísio Branco Lopes (1980-1982);

Francisco Fernando da Encarnação Dias (1983-1993);

Rogério da Silva Leitão (1994-1997);

Carlos Manuel Natividade Costa Candal (1998-2005).

2 — Recomendar à Câmara Municipal de Aveiro o oportuno agradecimento daquelas individualidades aveirenses, nos termos do atinente Regulamento de Distinções Honoríficas.»

A Mesa não pode deixar de expressar que o aditamento que apresenta é de inteira justiça e de compromisso de honra dos órgãos autárquicos — sobretudo da Assembleia Municipal de Aveiro, porque visa um ilustre aveirense que está entre nós como deputado municipal hoje, mas que exerceu durante dois mandatos o cargo de Presidente da Assembleia Municipal de Aveiro. E fê-lo sempre com entusiasmo empenhamento, brilhantismo, rigor e entrega.

Por isso a Mesa e a Câmara Municipal (estou certa) e o seu Executivo não podem deixar de através desta forma simbólica homenagear também este ilustre aveirense e nosso comum colega de lide autárquica, Dr. Carlos Candal. Por isso ponho agora esta proposta em debate.”

Vogal Carlos Candal (PS):

“Muito obrigado. Bem eu estou-me a sentir um bocado reformado...querem que eu vá embora! É preciso referir para quem não esteve no mandato anterior, fazer um mínimo de história desta deliberação antiga.

Sempre me fez muita impressão que em curto prazo as pessoas esqueçam aqueles que trabalharam para a colectividade com mais ou menos dedicação e com mais ou menos brio. Isso é um fenómeno que acontece. Naturalmente, se calhar. Mas a pergunta que faço à maneira de tira teimas é a seguinte: quantos deputados sabiam que o primeiro Presidente da Assembleia foi o António Manuel Machado? Está aí vivo, são, e a dar cartas na vida social, mas as pessoas esquecem.

Quando se discutiu este texto várias coisas foram ditas, nomeadamente que eu também devia estar logo incluído. Mas é evidente que não podia porque era eu o proponente. Mesmo assim não me livrei dum bocarra do Dr. Ulisses Pereira que dizia que eu estava a propor isto para depois ser englobado na lista.

Bem, o pai do Ulisses Pereira é da minha geração e conhecia-me bem. O Ulisses Pereira júnior não me conhece. Nesta altura disse eu que quem fica na História não são os soldados que morrem, são os generais. É uma injustiça relativa de que é muito difícil sair. Mas este tema foi usado e foi dito que era bom que se fizesse uma lista com todas as pessoas que fizeram parte da assembleia. Bem, foram tantas que dava um lençol, mas é justo que não se esqueçam aqui daqueles que colaboraram neste órgão autárquico.

Na altura também foi dito, mas agora o Presidente de Câmara é outro, saber que há um livro sobre a História do Município, escrito pelo Rui Barros, que é um livro muito interessante e que penso eu está esgotado. Portanto não seria despropositado, descabido, pedir ao Rui Barros que revisse a primeira edição e corrigisse alguns erros, e que se actualize esse livro, não será muito caro.

Inicialmente foram vinte anos. Bem, é evidente, era para meter o primeiro Presidente e excluir o último que era eu. Agora, se meterem trinta já entro e se meterem trinta e um já entra também a Dr.ª Regina Bastos — o que é complicado porque ela não é aveirense e ainda não ganhou o alvará, não digo que daqui a uns anos não seja.

Devo dizer o seguinte e compreender-me-ão: eu vou abster-me porque ainda não ouvi o Ulisses Pereira a dizer que se precipitou na acusação que me fez — não voto contra por uma questão de respeito e de agradecimento e de decência por quem propõe. Muito obrigado.”

(Entretanto deram entrada na sala os Vogais Manuel Arede de Jesus e Telmo dos Santos Coutinho)

Presidente da Mesa:

“Nós compreendemos que o Senhor Dr. Carlos Candal não tenha participado ou proposto o seu nome na altura em que esta questão da homenagem aos antigos Presidente da Assembleia Municipal ocorreu. E essa posição só abona em favor do Dr. Carlos Candal. É obvio que ninguém é bom juiz em causa própria, mas para além dessa nota deu nota de modéstia e deu nota de saber estar, não votando numa proposta em poderia parecer interessado. Para o que interessa é a opinião e a votação desta Assembleia que está em causa. Por isso a Mesa reitera a vontade e o gosto em que esta homenagem seja feita também incluindo o Dr. Carlos Candal e não vale a pena ressuscitar factos que já são passados.”

Vogal Rocha Almeida (PPD/PSD):

“Efectivamente eu não quero falar em nome da bancada, o Dr. Manuel Coimbra irá fazer isso, mas queria fazer o contraditório sobre as palavras que o Dr. Carlos Candal aqui proferiu referindo o Dr. Ulisses Pereira, júnior.

Acho que devo informar da posição muito nobre e muito digna de uma conversa particular que tive ontem com o Dr. Ulisses Pereira, que pode apaziguar aqui este sentimento que perpassou nas palavras do Dr. Carlos Candal sobre este assunto. Pedia pois à assembleia para ser porta-voz dessa mensagem que tenho.

O Dr. Ulisses pediu para transmitir publicamente, porque além da responsabilidade que ele tem política no concelho como Presidente e eu como Vice-presidente da Comissão Política do PSD, nós referimo-nos face a isto numa conversa sobre a preparação desta Assembleia e ele pediu que fosse portador da posição dele sobre isto. É que efectivamente, na luta política, quando foi das eleições dizem-se e extrapola-se muitas das vezes a própria vontade de dizer e da forma como se diz. Mas ele pediu-me para transmitir ao Dr. Carlos Candal do muito apreço e da consideração enorme que nutre pelo Dr. Carlos Candal e dizer-lhe que,

efectivamente, se há momentos em que tem pena em não fazer parte desta Assembleia é o dia de hoje e este momento. Porque se aqui ele estivesse presente de viva voz transmitiria não um pedido de desculpas, mas no fim de contas de compreensão da sua parte, de que efectivamente não passou de um quid pro quo em termos políticos e no calor de uma luta eleitoral e que não teve outra intenção que não essa. Queria que isso ficasse aqui registado porque julgo que dignifica quem mo pediu e o Dr. Carlos Candal e esta Assembleia são merecedores de que fique registado estas palavras.”

Vogal Carlos Martins (CDS/PP)

Vogal Jorge Afonso (BE)

Vogal Raúl Martins (PS)

Vogal António Regala (PCP)

(Deu entrada na sala o Vogal Miguel Alexandre de Oliveira Soares e Fernandes)

Vogal Teresa Fidélis (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Eu queria só tecer um breve comentário e depois colocar uma questão sobretudo à Câmara Municipal.

O comentário é apenas para manifestar o meu entendimento à iniciativa de homenagem aos aveirenses ilustres que se dedicaram neste caso à política do município. E considero que a homenagem de uma relevância intocável e inquestionável. Aliás, participei na aprovação desta moção. Igualmente inquestionável é a inclusão do Dr. Carlos Candal. Devo dizer que iniciei a minha participação política na assembleia municipal com ele na presidência e para mim, foi e será sempre, um desafio constante, mas também um motivo de enorme admiração pela sua forma de estar.

Mas a questão que eu queria colocar, precisamente por esta preocupação de homenagear ilustres aveirenses e manter-mos a homenagem, a questão é a seguinte: que medidas podem ser tomadas para que se garanta adequada preservação dos quadros e a dignidade do espaço, por forma a evitar que estes venham a fazer companhia aos que já estão na arrecadação sita sob o grande auditório do Centro Cultural de Congressos, onde se encontram retratos de outros notáveis de Aveiro, de outros tempos e por outros motivos, nomeadamente do Conselheiro Castro Matoso ou Manuel Firmino?”

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP)

▲

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Muito obrigado Senhora Presidente. Em primeiro lugar para felicitar a iniciativa da Mesa pela calendarização. Por estar a propor uma data para a cerimónia pública que na assembleia anterior tinha ficado no ar. Portanto a resposta pronta da Mesa para ainda este ano na semana de 12 de Dezembro irmos fazer esta cerimónia pública. E pelo facto, de ter acrescentado a esta lista de figuras de referência, de cidadãos ilustres da nossa praça, que foram reconhecidas pelos eleitores aveirenses. Gostaria de realçar este ponto. É que estes Presidentes de Assembleia Municipal que nós queremos perpetuar na nossa memória, foram eles próprios objecto de escolha por parte dos aveirenses para exercerem esta função e a exerceram com dignidade e competência que todos nós aqui estamos a reconhecer. São referência não só a nível de Aveiro, mas também a nível da região e de Portugal. Figuras que nos habituámos a respeitar e que também fomos merecedores de respeito por parte deles todos. Estive na Assembleia Municipal com o Senhor Francisco da Encarnação Dias, com o

Dr. Rogério Leitão e com o Dr. Carlos Candal. A todos eles reconheço muitas competências e reconheço também o respeito que tiveram por todos nós enquanto membros da oposição nesta Assembleia e fazendo da Assembleia um fórum de debate político e de discussão. Por isso, é um facto que os devemos homenagear, por este exemplo que deram de democracia e que prestaram ao nosso município. Por isso, não é uma vaidade para quem estamos a homenagear, mas é uma vaidade para todos nós podermos estar aqui a perpetuar a memória desta Assembleia colocando os retratos neste edifício que é a nossa sede. À semelhança daquilo que já está a acontecer, felizmente, com a colocação dos retratos de todos os Presidentes de Câmara expostos no edifício dos Paços do Concelho.

Gostaria de fazer aqui também uma referência ao livro publicado pelo Senhor Rui Barros. Eu penso que é um excelente livro, que por vezes também uso para ir buscar referências dos tempos em que ainda não estava nesta Assembleia, É um livro muito importante para a História de Aveiro. E estou completamente de acordo com o Dr. Carlos Candal no desafio que faz a uma edição revista e actualizada. O Senhor Rui Barros encetou esta tarefa pelo gosto do serviço que estava a fazer, mas também pelo acesso privilegiado que tinha aos documentos — porque era responsável pelos serviços de apoio à Assembleia Municipal.

Eu gostaria de terminar esta minha intervenção lançando um desafio (competência não lhe falta), gostava que se houvesse vontade e disponibilidade, quiçá o Senhor Cartaxo, caso o Senhor Rui Barros não esteja disponível para fazer esta edição revista, poder receber a ajuda de outra pessoa, porque tal como o Senhor Rui Barros tem dado com muito brio o apoio aos Presidentes desta Assembleia. Quem sabe ele poder fazer essa actualização quem sabe em parceria. Quiçá o conjugar de vontades para esta edição ser revista, actualizada e melhorada e feita em parceria ou pelo menos juntando algumas vontades de pessoas com pessoas para o poderem fazer. Era isto, muito obrigado.”

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:

“O Executivo está naturalmente de acordo com o que aqui está proposto. Estamos a falar de pessoas com coragem, com carácter, pessoas que se disponibilizaram para servir os outros, para servir a comunidade e essas pessoas naturalmente merecem ser distinguidas primeiro por si, pelo trabalho que desenvolveram e também pelo exemplo cívico que é importante que seja relevado.

Isto permite também dizer isto: é que quando dizemos obrigado e temos um gesto de gratidão para com alguém, isto permite que também nós nos elevamos e nos dignificamos ao ter essa palavra de agradecimento. Por isso há aqui uma dupla satisfação da nossa parte que é em primeiro lugar pela justiça do que está a acontecer e em segundo lugar a Assembleia Municipal e todos os autarcas saem distinguidos.

Quanto à questão da Dr.^a Teresa Fidélis, dizer que o retrato do Conselheiro Castro Matoso já está onde devia estar há muitos anos, já está na sede da Junta de Freguesia de Oliveirinha exposto e o proprietário já é a Junta de Freguesia de Oliveirinha.

Fazer ainda duas notas referentes àquilo que a Senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu, que tem a ver com a disponibilidade que encontrámos no Aveiro-Arte (isso está já definido) em retratar em pintura a óleo todos os distintos Presidentes das Assembleias Municipais. E mais, não só retratar como publicar um catálogo com os nomes dos membros das Assembleias e os momentos mais marcantes que caracterizaram os mandatos dos Presidentes e também o currículo dos artistas.

Por último, acrescentar, como já aqui foi referido, que na passagem dos trinta anos do Poder Local, se distingam os Presidentes das Assembleia, mas que haja uma distinção suplementar,

também, àqueles que integraram as assembleias municipais, os conselhos municipais e também em relação àqueles que pelo menos foram os primeiros eleitos em cada freguesia. E dessa forma assim, penso, que além da justiça que é, será feita também aos autarcas que ao longo dos anos desempenharam essa função. Obrigado.”

De seguida a Presidente da Mesa colocou à votação o Ponto 2. Homenagem aos Aveirenses que desempenharam funções de Presidente da Assembleia Municipal (aditamento), sendo o mesmo aprovado por unanimidade e aclamação.

Não houve declarações de voto.

PONTO 3. DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL – PARCELA DE TERRENO SITA NA EN 109 (JUNTO À ROTUNDA DA POLICLÍNICA)

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, em reunião ordinária de 12/06/2006, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

Usou da palavra o Presidente da Câmara para a apresentação do assunto em epígrafe, seguindo-se a apreciação pelo plenário.

Intervieram neste ponto:

Membros da Assembleia

Vogal Carlos Candal (PS)

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP)

Vogal Raúl Martins (PS)

Presidente da Mesa

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:

“Em primeiro lugar para repor a verdade no que diz a acta de 12 de Junho. Referi ai que esta proposta foi aprovada por unanimidade e efectivamente ela foi tomada com duas abstenções, uma do Dr. Rocha Andrade e outra do Dr. Marques Pereira. Penso que está reposta a verdade neste processo.

Em relação às questões colocadas. Por que é que não se desafectou tudo. A questão tem a ver como uma questão de legalidade e de clareza. De legalidade, porque se desafectássemos a tira toda não podíamos depois dividir a tira a meio para depois negociar com o proprietário do lado.

Depois por uma questão de clareza. O processo que entrou na Câmara e o pedido que aqui está de desafectação corresponde exactamente ao processo que está na Câmara. Entendemos que estes casos devem vir cá caso ao caso. O que permite à Assembleia, caso venha a ser aprovado, que possa vir a acompanhar o desenrolar do processo. Que possa acompanhar com toda a clareza aquilo que se possa acompanhar a seguir e obter todas as informações.

Quanto à segunda questão se há ou não comprador para este terreno, quero dizer-vos que da parte do Executivo ninguém sabe de quem é o terreno. Há uma informação dos serviços de que entrou um processo e a partir daqui para tentarmos desbloquear a situação era avançarmos com a desanexação. Naturalmente a seguir haverá um outro processo que é da competência do Executivo. Penso que o essencial é isto que está em causa.”

Membros da Assembleia

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Bem... acredito completamente naquilo que o Sr. Presidente diz! De qualquer forma farei a seguinte observação: Não sei se era possível fazer a desafecção de tudo e depois fazer a separação das parcelas. Porém como nada foi dito sobre isso, continua esta Assembleia, como muito bem disse o Prof. Manuel Coimbra, a ser privada de documentos que muito facilmente podem ser obtidos e que nos podiam dar uma melhor ideia do assunto. É uma vez que o Sr. Presidente diz que não há nenhuma pressa, que não há comprador, como este processo vem mal informado, como provavelmente será vontade da Câmara desafectar o resto do triângulo, porque é que não se retira isto da ordem do dia desta reunião ordinária e não se traz na próxima. Como não há qualquer pressa!

De facto, estarmos a aprovar isto em cima do joelho e à míngua de documentos é uma pecha continuada que vimos aqui a sofrer. Se não há pressa numa próxima reunião as coisas podem vir bem e nós aprovávamos isto.

A insistir-se na discussão e votação deste assunto, a minha posição pessoal (não falei com a minha bancada) vai ser de abstenção.”

Vogal Santos Costa (CDS/PP)

B

Vogal Rocha Almeida (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Pareceu-me que o Senhor deputado Raúl Martins tinha aceite a explicação dada pelo Senhor Presidente da Câmara e que eu acho que foi pertinente e correcta. Fazer agora uma proposta de retirar depois da explicação dada, parece-me que é estar a lançar a suspeição sobre a proposta da Câmara!

Nós entendemos que a proposta e daí a bancada do PSD não apoiará o adiamento desta deliberação porque a explicação do Senhor Presidente da Câmara nos é suficiente e bastante para nós votarmos e estarmos descansados sobre este assunto. Obrigado.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)

Vogal Raúl Martins (PS)

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP)

Vogal Raúl Martins (PS)

(Entretanto saiu da sala o vogal João Alberto Simões Barbosa)

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP)

Vogal Jorge Afonso (BE)

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara – Para os esclarecimentos atinentes.

De seguida a Presidente da Mesa interrompeu os trabalhos nos termos regimentais, a pedido do Grupo Municipal do Partido Socialista.

Retomados os trabalhos colocou à votação o Ponto 3. Desafecção do domínio público municipal – parcela de terreno sita na EN 109 (junto à Rotunda da Policlínica), sendo o mesmo aprovado por maioria, com vinte e seis votos a favor (PSD18+CDS7+BE1), treze abstenções (PS12+PCP1) e zero votos contra.

Nos termos do artigo 29.º do Regimento da Assembleia Municipal, seguiu-se a declaração de voto do vogal:

Vogal Carlos Candal (PS):

“Agora nesta pequena reunião que tivemos ali é que eu vi... eu olho para isto e é como um boi a olhar para um palácio. E então o tal proprietário que ficava entaipado nas traseiras era aqui neste bocado a desanexar. Mas não é nada disso. Lendo bem e vendo bem, toda esta grande área é prevista para a chamada urbanização dos “quatro cantos”. Um grande bloco em L no canto direito, outro bloco simétrico no canto superior esquerdo, outro L no canto inferior esquerdo e outro no inferior direito. A implantação de construções aqui está definida, é esta. Está aprovado pela outra Câmara valha a verdade.

Portanto, entendemos que esta propositura deveria vir muito mais completamente instruída e exposta.

Também desta análise do traço fininho do desenho, se percebe por que é que o pedido de desanexação vai apenas até ali. Porque é a medida de implantação dos L permitidos para a zona.

E é isso, não há nada de suspeito ou de reserva mental na nossa abstenção. Queremos apenas assinalar que isto não está claro no sentido de explicitado, de informado. No tempo do Dr. Alberto Souto críticas destas também eram feitas. Há aqui uma pergunta que importa pôr. Por que é que isto não vem melhor explicitado? É apenas isso.”

Não havendo mais intervenções para declarações de voto, usou da palavra a Presidente da Mesa.

Presidente da Mesa:

“A Mesa teve conhecimento através do Senhor deputado António Regala, representante desta Assembleia na Comissão Concelhia de Saúde, que a Comissão reuniu esta semana. Darei a palavra ao Senhor deputado para nos dar conta do que se passou na reunião da Comissão.

Vogal António Regala (PCP):

“Muito obrigado. A reunião aconteceu ontem e tinha como objectivo informações várias nomeadamente com a Unidade de Saúde de Esgueira e de Cacia, e com o funcionamento do próprio Centro de Saúde de Aveiro. E o ponto fundamental que é a questão que se prende com o encerramento do SAP.

Relativamente à Unidade de Saúde de Esgueira foi dada a informação de que estaria pronta a ter as obras finais, mas que não resolvem a totalidade dos problemas, no entanto melhoram-no relativamente às carências que tinham, nomeadamente no que tem a ver com a canalização.

A questão de Cacia torna-se mais complicada e ainda não definitivamente resolvida.

Relativamente à questão de encerramento do SAP que foi o ponto que ocupou mais tempo da dita reunião, a Comissão de Saúde tem a posição unânime contra o encerramento do SAP de Aveiro. É entendimento da Comissão, até pelos dados fornecidos, o SAP de Aveiro teve no ano de 2005 uma média por dia de 134 utentes, num total de 48892 no ano de 2005.

Num concelho onde existem utentes esporádicos 18593 no ano de 2005, e que estará em crescente aumento e que tem toda uma população crescente, isto tem a ver com a deslocalização das pessoas e também com a camada estudantil flutuante que existe em Aveiro, que pessoas que tendo médico de família na terra de origem durante o ano lectivo são utentes do SAP de Aveiro de do Centro de Saúde.

Perante esta perspectiva o que ressalta é de facto a gravidade que tem o encerramento deste serviço. E é grave se não existirem alternativas que possam colmatar esta situação.

Por isso mesmo a Comissão vai apresentar um documento à ARS no sentido de em alternativa a este SAP que é o funcionamento do serviço exactamente como está porque o Centro de Saúde tem condições de manter o serviço embora possa deixar de existir o nome de SAP.

Não sabemos qual vai ser a receptividade desta proposta pelo Ministério, no entanto, e ainda relativamente a isto, deixem-me acrescentar que a gravidade da situação que foi reconhecida por todos membros da Comissão é que a notícia que foi dada ao Director do Centro de Saúde de Aveiro do encerramento do SAP não é escrita é uma notícia verbal. Isto demonstra alguma leviandade! Talvez foi mesmo só uma forma de auscultar o sentir (ouvem-se vozes). Estou a transmitir o estado de alma que lá esteve presente. Pode custar, mas efectivamente foi lá transmitido.

E porque me foi permitido por um dos elementos da Comissão usar estes documentos nesta Assembleia, e dar informação a esta Assembleia, A Santa Casa da Misericórdia de Aveiro candidatou-se no programa Saúde 21 a uma unidade de saúde prolongada. Foi tida como de interesse no entanto o despacho que foi dado que começou com um parecer de 3 de Maio de 2006, é recusada a Aveiro esta unidade de internamento prolongado com incluía uma unidade móbil domiciliária com a alegação de que a ARS emitiu parecer desfavorável referindo que a instalação de mais esta unidade não corresponde às necessidades de saúde para Aveiro — sabendo nós que em Aveiro não existe nenhuma unidade de internamento prolongada. Esta é outra situação que aconteceu além do previsto encerramento do SAP. A Comissão para a semana terá o documento que irá ser entregue na ARS. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa:

“Na sequência da sugestão do Senhor deputado Pedroso foram pedidas as informações às entidades ligadas à ARS sobre as infra-estruturas de Saúde em Aveiro e aquilo que se perspectiva de reestruturação e de reformulação dos cuidados de Saúde. Logo que tenhamos esses elementos a Mesa agendará na oportunidade um ponto da ordem de trabalhos sobre esta questão. Entretanto foi facultado aos senhores deputados a documentação estatística que foi distribuída na reunião da Comissão Concelhia de Saúde que o senhor deputado António Regala acabou de relatar.

Este assunto não é para discutir agora. O único objectivo da Mesa em dar a palavra ao António Regala foi o de pôr a Assembleia a par do que se tenha passado na reunião. Portanto ficamos com este assunto em standby até termos documentação para agendar esta problemática da Saúde no concelho de Aveiro, que é muito relevante e muito importante, dados os sinais que temos vindo a ter do Governo e da Administração Regional de Saúde.”

Vogal Raúl Martins (PS):

“Senhora Presidente, acho que o que a Senhora hoje fez, permitindo que este assunto fosse discutido desta forma tão leviana assim, foi um mau...”

Presidente da Mesa:

“Para colocar rigor nas palavras que o Senhor deputado estava a proferir, a Mesa não colocou nenhum assunto à discussão. A Mesa o que se limitou a fazer foi dar ao Senhor

deputado António Regala, que é o membro eleito por esta Assembleia numa Comissão Concelhia, a oportunidade de relatar o que se passou numa reunião da Comissão, na qual ele nos representa a todos, de forma a todos nós ficarmos com conhecimento do que se passou nessa reunião. Por isso peço ao Senhor deputado que seja rigoroso na forma como se referiu da gestão por parte da Mesa.”

Vogal Raúl Martins (PS)

“Continuando, depois da interrupção, diria que a Senhora Presidente prestou um mau serviço aos aveirenses. E desde já a desafio a agendar este assunto da Saúde no concelho de Aveiro numa próxima sessão extraordinária desta Assembleia Municipal, em vez de se limitar a fazer essas declarações avulsas sobre a matéria.”

Não se verificando mais intervenções, a presidente da Mesa, nos termos do artigo 92.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da acta respeitante a esta reunião, não se verificando oposição.

Depois de lida a acta em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

Nada mais havendo a tratar, a Presidente da Mesa deu por encerrada a Sessão Ordinária de Junho da Assembleia Municipal.

Eram 24:00 horas do dia 07 de Julho de 2006.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:00)